

Inaugurada ontem, Vara do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano terá juiz especializado nos entraves à regularização de terras

# Alento aos condomínios

GIZELLA RODRIGUES

**A**s brigas judiciais por terra no Distrito Federal, que se arrastam há anos e são um dos principais entraves na regularização de condomínios e ocupações irregulares, serão julgadas, a partir de agora, por um juiz especializado em questões fundiárias. A Vara do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Fundiário foi inaugurada ontem e começa a funcionar em 30 dias, tempo necessário para a transferência das ações, atualmente analisadas pelas Varas Cíveis e de Fazenda Pública do DF. Ainda não há um levantamento de quantos processos a nova vara deve receber, mas o governo local estima que pelo menos 30% dos

condomínios do DF, onde vivem cerca de 180 mil pessoas, têm pendências fundiárias.

O titular da nova vara é o juiz Carlos Divino Vieira Rodrigues, 46 anos, magistrado há 16 anos. Ele trabalhará com uma equipe de 10 servidores, por enquanto, e conhece bem os conflitos que julgará. Por três anos e meio, foi titular da Vara e Registros Públicos e trabalhou, no último ano, como assistente da Corregedoria do Tribunal de Justiça do DF e Territórios. A vara passará a analisar as ações de disputas por terras atualmente em tramitação no tribunal e novos processos que venham a ser protocolados.

A Vara Fundiária deverá priorizar a realização de audiências de mediação e conciliação,

segundo adiantou Carlos Divino ao **Correio**. “Existem questões fundiárias e ambientais que não se resolvem puramente com sentença, por melhor que ela seja”, disse o juiz (**confira entrevista abaixo**). A vara funcionará no Fórum Desembargador José Júlio Leal Fagundes, um prédio com quatro blocos próximo à estação ParkShopping do metrô. O complexo foi inaugurado ontem e também vai abrigar três varas do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e os 10 Juizados Especiais de Brasília.

Os processos só devem chegar às mãos do juiz dentro de um mês, mas sabe-se que ele terá muito trabalho. Só nas etapas 1, 2 e 4 do Setor Jardim Botânico, há 2.961 ações à espera de julgamento. Os

moradores da região brigam com a Terracap pelo domínio da terra, que a estatal afirma ser pública. No condomínio Porto Rico, em Santa Maria, são 2 mil processos de reivindicação de posse da terra. A área é particular e os herdeiros dos antigos proprietários tentam despejar os 12 mil moradores do parcelamento. O imbróglcio se repete em Vicente Pires, no condomínio Del Lago, no Itapuã, nos 56 parcelamentos da antiga Fazenda Paranoazinho, em Sobradinho, nos loteamentos de Ponte Alta, no Gama, entre outros. “Tem processo que corre há 26 anos. Esperamos que essa Vara desafogue os julgamentos”, comentou o advogado dos condomínios do Jardim Botânico, Mário Gilberto de Oliveira.